

## **BOLETIM 663**

**Brasília, 9 de outubro de 2018**

# **Deputados que votaram contra os trabalhadores não se reelegeram**

*Sete dos 14 parlamentares gaúchos ligados à reforma trabalhista e que apoiaram a desfiguração da CLT ficaram sem mandato*

Os candidatos do PSDB Rogério Marinho, relator da reforma trabalhista na Câmara, e Ricardo Ferraço, relator da matéria no Senado, estão fora do Congresso Nacional para a próxima legislatura. Os dois tentavam a reeleição, mas ficaram sem mandato depois de uma ampla campanha do movimento sindical que denunciou a atuação desses e de outros parlamentares contra a classe trabalhadora.

O ex-ministro do Trabalho de Michel Temer e autor da reforma trabalhista, Ronaldo Nogueira, também não conseguiu a reeleição para deputado federal concorrendo pelo PTB/RS. Nogueira recebeu 62.119 votos e Marinho teve 59.961.

No Rio Grande do Sul, dos 14 parlamentares que votaram a favor da reforma trabalhista que desfigurou a CLT e retirou direitos da classe trabalhadora sem a contrapartida de geração de empregos alardeada pelo governo, sete ficaram sem mandato. Além de Nogueira, estão fora Darcísio Perondi, Jones Martins e Mauro Pereira (MDB), Yeda Crusius (PSDB), Renato Mölling (PP) e o suplente Cajar Nardes (Podemos).

**Tropa de choque** - Além de apoiar a reforma trabalhista, Darcísio Perondi se notabilizou pela



defesa de Temer em meio à crise política desencadeada pela delação da JBS, e ficou de fora das 31 vagas do estado para a Câmara, com 38.819 votos, na 41ª posição. Outro integrante da tropa de choque do governo que não se reelegeu, foi o ex-ministro do Planejamento, senador Romero Jucá (MDB-RO), flagrado em um áudio no qual sugeria uma sabotagem à Lava Jato.

Empossado no Ministério do Trabalho em maio de 2016, Ronaldo Nogueira foi o pai da reforma trabalhista, apresentada por ele como uma “ferramenta para modernizar as relações trabalhistas” e chegou a afirmar que a reforma permitiria a criação de 2 milhões de postos de trabalho nos dois anos seguintes, o que não se concretizou. Ele deixou o cargo no final de 2017 para preparar sua campanha à reeleição, percorrendo o país com jornadas sobre a reforma trabalhista para empresários. O ministério ficou sem titular por meses. A deputada Cristiane Brasil, filha do presidente do PTB, Roberto Jefferson, indicada por Temer, foi impedida de assumir devido a um processo trabalhista. Nomeado para o cargo, o interino Helton Yomura acabou afastado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) por suspeita de fraude. Em julho, foi nomeado Caio Vieira de Mello.

*Fonte: Extra Classe*



## Paim reconhece voto de protesto da população e critica proposta de reforma da Previdência

O senador Paulo Paim (PT-RS) comentou nesta terça-feira (9) o resultado das eleições do último domingo. Para o senador, reeleito para mais 8 anos de mandato, a população demonstrou seu descontentamento com a política tradicional e cobrou mais do que debates ideológicos no Parlamento. Ele reconheceu o voto de protesto do povo e afirmou que os cidadãos desejam ver resultados objetivos da atuação dos políticos.

**Reforma da Previdência** - O senador também criticou a proposta de reforma da Previdência Social defendida pelo presidente da República, Michel Temer. Para ele, o modelo proposto pelo governo, que determina mais tempo de contribuição para a Previdência, terminaria por impedir que os trabalhadores se aposentassem.

Na avaliação de Paim, há outros caminhos para equilibrar os números do sistema previdenciário e eles foram apontados pela CPI da Previdência que funcionou no Senado no ano passado. Entre as propostas da comissão parlamentar de inquérito estão, como lembrou Paim, o combate às fraudes, maior rigor na cobrança dos grandes devedores e o fim do desvio de recursos para outros setores.

Paim ressaltou ainda que há quem defenda que após as eleições a discussão sobre a reforma da previdência volte ao Parlamento. Disse que se isso ocorrer, haverá resistências.

*Fonte: Agência Senado*

## Centrais se reúnem em para confirmar apoio a Haddad no 2º turno

Dirigentes da CUT, Força Sindical, CTB, UGT, Nova Central, CSB e Intersindical se reúnem nesta quarta (10), em São Paulo, para formalizar apoio à candidatura de Fernando Haddad à presidência da República no segundo turno. Os sindicalistas apostam na formação de uma frente ampla para enfrentar a extrema direita.

As Centrais, que se alinham a diferentes candidaturas no primeiro turno, identificam agora no adversário do petista uma ameaça concreta de continuidade dos efeitos negativos da reforma trabalhista e perseguição ao movimento sindical.

A Força reuniu sua direção na segunda (8) e indicou aos filiados o apoio a Haddad. No encontro, seu presidente interino Miguel Torres apontou: “Precisamos atuar unidos, com base na pauta trabalhista construída pelo conjunto das Centrais”.

O Conselho Político da CTB, que apoia o candidato do PT desde o primeiro turno, também se reuniu e divulgou uma resolução com o seguinte título: “Eleger Haddad e derrotar o fascismo”.

Segundo Luiz Gonçalves (Luizinho), presidente da Nova Central - SP, nesta terça (9) o apoio unitário ao candidato foi definido. “Paulo Cayres, presidente da Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT, destacou a importância de mobilizar todas as categorias em defesa dos direitos. “Temos que eleger o Haddad porque ele tem projetos e propostas voltadas para o trabalhador. A outra alternativa é jogar a classe trabalhadora no trabalho precário e totalmente sem direitos”, afirma.

*Fonte: Agência Sindical*



## Coca-Cola integra “lista suja” do MPT por manter rotina exaustiva de trabalho

O MPT (Ministério Público do Trabalho) divulgou uma “lista suja” do trabalho análogo à escravidão de grandes empresas e marcas, entre elas a fabricante de Coca-Cola, a Spal Indústria Brasileira de Bebidas, que integra o grupo Femsa, e mantinha seus funcionários sobre regime de trabalho exaustivo.

O grupo femsa, fundado no México e presente em 11 países, é considerado o maior engarrafador de Coca-Cola do mundo. No Brasil, são 10 unidades para engarrafamento e 43 centros de distribuição.

Os caminhoneiros e ajudantes de entrega da Coca-Cola realizavam, em média, 80 horas extras por mês. Situações extremas chegavam a 140 horas extras por mês. Além de dias inteiros de trabalho ininterrupto na mesma semana em que o funcionário já acumulava o cansaço por fazer jornadas de 12 e 14 horas.

As jornadas eram tão exaustivas que muitas vezes terminavam em afastamento do empregado por atestados médicos.

Um dos motoristas relatou que após encerrar o trabalho às 0h30 chegou em casa 2h com a obrigação de retornar ao trabalho às 6h30. Ele

contou aos auditores do MPT que tomou banho, jantou e ficou vendo televisão. “Se dormisse não conseguiria levantar no horário de trabalho”, informou em seu depoimento aos fiscais. “Sabia que, se não fosse trabalhar, receberia advertência no outro dia”, disse à fiscalização.

Fonte: Portal HP

## Indicadores do mercado de trabalho da FGV mostram piora em setembro

Os dois indicadores sobre mercado de trabalho da Fundação Getúlio Vargas (FGV) apresentaram piora de agosto para setembro deste ano. O Indicador Antecedente de Emprego (Iaemp) – que busca antecipar tendências do mercado para os próximos meses, com base em entrevistas com consumidores e com empresas da indústria e dos serviços – recuou 3,3 pontos.

Com o resultado, o indicador atingiu 91 pontos em uma escala de 0 a 200 pontos – menor nível desde dezembro de 2016 (90 pontos).

Segundo o economista da FGV Fernando de Holanda Barbosa Filho, a queda no Iaemp reflete uma incerteza dos empresários e dos consumidores em relação ao crescimento da atividade econômica futura do país.

O Indicador Coincidente de Desemprego (ICD) – que mostra a percepção dos consumidores sobre a taxa de desemprego atual – aumentou 1,3 ponto em setembro e chegou a 97,3 pontos. Esse foi o maior nível do indicador desde dezembro do ano passado (100,3 pontos). O resultado sinaliza que os trabalhadores têm enfrentado dificuldade no mercado de trabalho.

Fonte: Agência Brasil

## Salário proporcional para aposentados por invalidez é criticado em audiência

A proporcionalidade nos proventos de servidores públicos aposentados por invalidez, prevista na Constituição, foi duramente criticada em audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado Federal, nesta terça-feira (9). O objetivo da reunião foi debater a PEC 56/2014, que acaba com o tratamento diferenciado por tipo de invalidez, bastando a constatação da incapacidade laboral, comprovada por perícia médica.

Pela regra vigente, quem começou a trabalhar em órgão público até a publicação da Emenda Constitucional 41, em dezembro de 2003, e se aposenta por invalidez permanente só recebe proventos integrais se a incapacidade decorrer de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável.

Na visão da diretora-adjunta de Assuntos Parlamentares do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindicato Nacional), Maíra Giannico, a diferenciação atual é injusta porque o Estado deixa de proporcionar o benefício integral no momento em que o servidor mais precisa de recursos para se manter.

— A PEC 56/2014 é benéfica porque extingue a maldade dessa proporcionalidade, independentemente das circunstâncias e da data de ingresso no funcionalismo público — ressaltou.

O presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), Rudinei Marques, também lamentou a proporcionalidade. Ele lembrou que existem mais de 2 mil doenças incuráveis catalogadas pela ciência e



ressaltou que a maioria dos pedidos de integralidade dos proventos precisa ser judicializada.

— Para se tratar, para prover o sustento de sua família e continuar sua vida, muitos servidores passam a receber uma parcela pequena de sua remuneração, e é isso que precisamos reverter — disse.

A assessora jurídica do Fonacate, Larissa Benevides Gadelha Campos, também ressaltou a importância do assunto para a parcela de servidores que sofre consequências de fatos imprevisíveis, como incapacidades físicas e intelectuais. Segundo a especialista, todas as pessoas estão sujeitas a essas situações e, por isso, seus direitos devem ser resguardados, não havendo diferenciações.

*Fonte: Agência Senado*

### **BOLETIM CONTRICOM**

Presidente

**ALTAMIRO PERDONÁ**

Secretário Geral

**MIRALDO VIEIRA DA SILVA**

Secretário de Finanças

**AROLDO PINTO GARCIA**

Secretário para Assuntos de Comunicação

**WILSON GERALDO SALES DA SILVA**

Redação e Edição

**INSTITUTO DOIS CANDANGOS**